

Brasília-DF



LUANA PATRIOLINO (INTERINA) COM EDUARDA ESPOSITO

luanapatriolino.df@dabr.com.br

Nada aconteceu

Seis meses depois, nada mudou. Na Agência Brasileira de Inteligência (Abin), domina o clima de insatisfação com a presença de Luiz Fernando Corrêa ainda no comando do órgão. Os servidores fizeram pressão — e até ameaçaram greve — para demissão do diretor-geral. Nome de confiança do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Corrêa foi indiciado pela Polícia Federal por obstrução de Justiça no caso da Abin paralela. O chefe do Planalto prometeu resolver a questão, mas o ano está acabando e nada foi feito.

Mudanças

Com Rui Costa na lista dos ministros que deixarão o governo federal no início de 2026, Lula já tem uma escolhida para chefiar a Casa Civil. Trata-se de Miriam Belchior, número dois da pasta e nome conhecido do PT. Ela ocupou o cargo de ministra do Planejamento na gestão de Dilma Rousseff e, antes, em 2004, foi subchefe de Articulação e Monitoramento da Casa Civil. Caso assuma o órgão, os servidores da Abin não descartam procurá-la, pois, pelo que se sabe, ela não se bica com Luiz Fernando Corrêa.

Pendências do BRB

Em meio à polêmica do Banco Master, outros esqueletos do BRB foram desenterrados para o começo de 2026. O ex-presidente da instituição Tarcísio Franklin de Moura é acusado de comandar um esquema que desviou R\$ 400 milhões do banco, entre 2004 e 2007. Após o réu ser condenado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal (TJDFT), em 2021, a ação foi levada para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e está pautada para ser analisada em fevereiro.

Ainda não

A defesa de Tarcísio Franklin de Moura contava com a prescrição do caso em outubro do ano passado, mas o STF decidiu manter uma decisão cautelar sobre o prazo prescricional na nova lei de improbidade administrativa — passando de quatro para oito anos.

Assédio sobre Lula

Na posse do novo ministro do Turismo, o paraibano Gustavo Feliciano, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi assediado por políticos que devem dar palanque à oposição em 2026. Foi o caso do atual vice-governador da Paraíba, Lucas Ribeiro (PP), que tirou

fotos com o chefe do Planalto mesmo sendo candidato a governador com apoio do bolsonarista Ciro Nogueira. Quem dará palanque ao petista na Paraíba é o prefeito de João Pessoa, Cícero Lucena (MDB), que já lançou sua candidatura ao governo estadual.



Ódio às mulheres

Um ano após o governo federal sancionar a lei que torna o feminicídio crime hediondo, o número de mortes de mulheres não para de crescer. Na sociedade, cresce a expectativa de que o Congresso trate de projetos de lei sobre o tema em 2026. O assunto também deve ser amplamente explorado no debate eleitoral. Dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública indicam um aumento de 26% no número de tentativas de feminicídio em 2024. De janeiro a setembro de 2025, mais de 2,7 mil sofreram esse tipo de crime. Outras 1.075 morreram.

Na mira

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se prepara para retomar o julgamento de dois governadores por abuso de poder político e econômico referente às eleições gerais de 2022. O primeiro envolve o governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (foto). De acordo com a acusação, houve desvios de recursos públicos para promover a sua candidatura no pleito.



Marcelo Regua/Governo do Estado do Rio de Janeiro

Pedido de vista

O outro refere-se ao governador reeleito de Roraima, Antonio Denarium, por distribuir cestas básicas e por reformar casas em ano eleitoral. Ambas as ações foram suspensas por pedidos de vista (mais tempo de análise) e estão sob relatoria da ministra Isabel Gallotti.

Muito a fazer

Em maio, entra em vigor a norma que obriga empresas e órgãos públicos a adotarem políticas de cuidado com a saúde mental e a prevenção de assédio moral e sexual no ambiente de trabalho. No entanto, estudos revelam que apenas 5% das empresas estão preparadas para a implementação. Para a CEO da organização Livre de Assédio, Ana Addobbati, a medida é um importante avanço, mas pode virar letra morta, caso não haja comprometimento maior.

CASO MASTER

Toffoli mantém acareação

Ministro do STF rejeita alegação da PGR de que expediente seria prematuro. Aumenta a pressão por um Código de Ética

» ALÍCIA BERNARDES

A investigação sobre uma suposta fraude bilionária na frustrada venda do Banco Master ao Banco de Brasília (BRB) entrou no centro de um novo embate entre o Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da República (PGR) e o Congresso Nacional. Na quarta-feira, véspera do Natal, o ministro Dias Toffoli rejeitou pedido do procurador-geral Paulo Gonet para suspender a acareação entre executivos do Master, do BRB e um diretor do Banco Central, marcada para 30 de dezembro, em pleno recesso do Judiciário. A decisão provocou reação imediata de parlamentares e reforçou o clima de desconfiança sobre a condução do inquérito, que tramita sob sigilo no gabinete do ministro.

O senador Izalci Lucas (PL-DF) afirmou ao **Correio** que o caso exige “aprofundamento máximo” das investigações, diante do que classifica como um conjunto de coincidências “graves demais para serem ignoradas”.

Um dos pontos principais do embate é a decisão de Toffoli de manter a acareação, apesar do pedido contrário da PGR. Gonet argumentou que a medida seria “prematura”, uma vez que os investigados ainda não haviam sido ouvidos formalmente, o que impediria a constatação objetiva de contradições, requisito clássico para a realização desse tipo de confronto.

Mesmo assim, Toffoli concluiu que há elementos suficientes no inquérito para justificar a audiência, que reunirá Daniel Vercaro, dono do Banco Master; Paulo Henrique Costa, ex-presidente do BRB; e Ailton de Aquino Santos, diretor de Fiscalização do Banco Central. O foco declarado é esclarecer quando o BC tomou conhecimento das

Gustavo Moreno/STF



Toffoli: ministro marcou acareação entre Daniel Vercaro, o ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa e o diretor do BC Ailton Santos

suspeitas, por que a liquidação do banco demorou a ser decretada e se houve falhas na supervisão.

Código de Ética

A condução do caso também gerou críticas públicas de outros senadores. Em uma postagem no X (antigo Twitter), Alessandro Vieira ironizou o que chamou de “espírito de Natal” para “passar pano” a ministros do Supremo. “A defesa da democracia virou desculpa para qualquer canalhice”, escreveu, ao questionar ataques a jornalistas e políticos que cobram esclarecimentos sobre o caso Master.

Já o senador Fabiano Contarato (PT-ES) defendeu que o caso

Master reforça a necessidade de regras mais rígidas para o Judiciário — a advogada Viviane Barci de Moraes, contratada pelo banco investigado, é mulher do ministro do STF Alexandre de Moraes. “A aprovação de um Código de Ética para o STF é medida institucional necessária. Fortalece a transparência, reafirma a moralidade pública e preserva a legitimidade da Corte”, afirmou Contrato.

O debate sobre a conduta dos ministros ganhou novo fôlego justamente neste momento. Idealizada pelo presidente do STF, Edson Fachin, a proposta de um código de conduta para os tribunais superiores recebeu apoio dos presidentes do STJ, TST, TSE e STM. A

ideia é estabelecer regras mais claras sobre impedimentos, conflitos de interesse, confidencialidade e limites para atividades privadas, como palestras remuneradas. Para defensores da medida, a legislação atual — como a Lei Orgânica da Magistratura e o Código de Ética do CNJ — é genérica e não dá respostas suficientes às novas exigências de transparência.

Dentro do Supremo, porém, há resistência. Uma ala sustenta que não existe lacuna normativa que justifique um novo código e vê a discussão como inflada em meio ao debate, no Senado, sobre mudanças na Lei do Impeachment. O ministro Gilmar Mendes afirmou, em entrevistas, que

qualquer iniciativa desse tipo precisa ser construída dentro do próprio STF e criticou o que chamou de exagero nas críticas às condutas dos magistrados. Ainda assim, o avanço das investigações do caso Master, a decisão de Toffoli de contrariar a PGR e a pressão crescente do Congresso criaram um ambiente em que a credibilidade da Corte voltou ao centro da arena política.

Enquanto isso, a acareação marcada para o dia 30 promete ser um novo capítulo sensível. Além de Vercaro e Costa, a presença de um diretor do Banco Central ampliou o alcance do inquérito, ao colocar sob escrutínio a atuação do órgão regulador que vetou a operação e depois determinou a liquidação do Master.

A palavra de Celso de Mello

Em artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal Celso de Mello defendeu a elaboração de um código de conduta para os integrantes da Corte. “Trata-se de medida de Estado, moralmente necessária e institucionalmente urgente”, escreveu.

No texto, Celso de Mello detalha o debate ocorrido nos Estados Unidos. Lembrou a repercussão com o integrante da Suprema Corte norte-americana Clarence Thomas. Diversas reportagens relataram os favores concedidos ao magistrado — viagens nacionais e internacionais, além de hospedagens de alto padrão — por um empresário bilionário de grande influência política e grande doador do Partido Republicano americano.

Em resposta às críticas, lembra Celso de Mello, a Suprema Corte dos EUA declarou seguir o Código de Conduta dos Juizes Federais norte-americanos. Mas não emitiu regras próprias.

Caso diferente ocorreu na Alemanha, prossegue o ex-decano do STF. No país europeu, o Tribunal Constitucional Federal alemão elaborou um conjunto de normas internas, com o intuito de estabelecer “uma cultura institucional rigorosa de ética judicial”.

Na avaliação de Celso de Mello, “o Brasil pode — e deve — inspirar-se nesses modelos, notadamente no do Tribunal Constitucional Federal alemão”. “A Justiça não se sustenta no prestígio pessoal de seus julgadores, mas na confiança pública que inspira. A proposta do ministro Edson Fachin atende a um imperativo republicano”, conclui o ex-presidente do STF.